



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2024

O **MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, nº 493, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.614.862/0001-77, representado por seu Prefeito, o Sr. **DANILO OLIVEIRA CAMPOS**, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art. 14, da Lei nº 11.947/2009, na Resolução CD/FNDE nº 6, de 08 de maio de 2020, através da presidente da Comissão Permanente de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, que está realizando aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE do Município de Córrego Fundo, durante o período de **16/02/2024 a 11/03/2024**, através da Chamada Pública 001/2024, com a finalidade de apresentar Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e habilitação dos fornecedores.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os envelopes deverão ser entregues no Setor de Compras e Licitações do Município, até às 12:30hs (horário de Brasília) do dia 11 de março de 2024.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 11 de março de 2024 às 12:30hs (horário de Brasília).

Observação: Será tolerado atraso de no máximo 10 (dez) minutos em relação à hora marcada para protocolo de envelopes. Decorrido este prazo não serão aceitos envelopes de licitantes retardatárias sob qualquer pretexto.

LOCAL DE JULGAMENTO: Prefeitura Municipal de Córrego Fundo (Setor de Compras e Licitações): Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493, Bairro Mizael Bernardes, Córrego Fundo-MG.

Após divulgação do texto do edital e seus anexos, as cópias integrais dos mesmos poderão ser retiradas no endereço supracitado e/ou no site www.corregofundo.mg.gov.br.

1 – DO OBJETO

1.1 - O objeto desta CHAMADA PÚBLICA é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme especificação detalhada no Anexo I deste instrumento convocatório.

2 – DA HABILITAÇÃO (envelope nº. 01)

2.1 - Para o processo de habilitação os fornecedores da Agricultura Familiar deverão entregar às Entidades Executoras os documentos prescritos nos §1º, §2º e §3º, do art. 36 da Resolução/CD/FNDE nº 6, de 08 de maio de 2020.

2.1.1 - Os Fornecedores Individuais, detentores de DAP/CAF Física, não organizados em Grupo deverão entregar:

- a) a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- b) Carteira de Identidade ou equivalente, na forma da Lei (RG ou CNH);
- c) o extrato da DAP/CAF Física do agricultor familiar participante;
- d) a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda;
- e) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de regularidade da **Fazenda Pública Federal conjunta com a União e Certidão de regularidade do INSS**, demonstrando situação regular



no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (ou **Certidão Unificada que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 82.212, de 24 de julho de 1991**);

- f) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de regularidade da Fazenda Pública Estadual;
- g) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de regularidade da Fazenda Pública Municipal;
- h) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos trabalhistas;
- i) Certidão Cível Negativa ou Certidão Negativa de Execução Patrimonial;
- j) Selo SIM, IMA ou SIF ou ainda Termo de Compromisso do IMA (para produtos de origem animal).
- k) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;
- l) Declaração de que atende os requisitos de habilitação, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei Federal 14.133/21;
- m) Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei Federal 14.133/2021;
- n) Declaração que a proposta econômica compreende a integralidade, dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da proposta, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei 14.133/21;
- o) Declaração que tem conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, nos termos do art. 67, inciso VI, da Lei 14.133/2021;
- p) Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho, nos termos do art. 68, inciso VI, da Lei 14.133/21;
- q) Declaração de impedimentos, nos termos do art. 14, da Lei 14.133/2021;

2.1.2 - Os Grupos Informais de agricultores familiares, detentores de DAP/CAF Física, organizados em grupo deverão entregar:

- a) a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- b) Carteira de Identidade ou equivalente, na forma da Lei (RG ou CNH);
- c) o extrato da DAP/CAF Física do agricultor familiar participante;
- d) a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda;
- e) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de regularidade da **Fazenda Pública Federal conjunta com a União e Certidão de regularidade do INSS**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (ou **Certidão Unificada que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 82.212, de 24 de julho de 1991**);
- f) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de regularidade da Fazenda Pública Estadual;
- g) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de regularidade da Fazenda Pública Municipal;
- h) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos trabalhistas;
- i) Certidão Cível Negativa ou Certidão Negativa de Execução Patrimonial;
- j) Selo SIM, IMA ou SIF ou ainda Termo de Compromisso do IMA (para produtos de origem animal).
- k) Prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;
- l) Declaração de que atende os requisitos de habilitação, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei Federal 14.133/21;
- m) Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei Federal 14.133/2021;
- n) Declaração que a proposta econômica compreende a integralidade, dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da proposta, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei 14.133/21;

o) Declaração que tem conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, nos termos do art. 67, inciso VI, da Lei 14.133/2021;

p) Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho, nos termos do art. 68, inciso VI, da Lei 14.133/21;

q) Declaração de impedimentos, nos termos do art. 14, da Lei 14.133/2021.

2.1.3 - Os Grupos Formais, detentores de DAP/CAF Jurídica, deverão entregar:

a) a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) o extrato da DAP/CAF Jurídica para associações e cooperativas;

c) declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;

d) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de regularidade da **Fazenda Pública Federal conjunta com a União e Certidão de regularidade do INSS**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (ou **Certidão Unificada que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 82.212, de 24 de julho de 1991**).

e) Certidão Negativa (ou positiva com efeitos de negativa) da Fazenda Pública Estadual.

f) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos com a Fazenda Municipal da sede da licitante.

g) Prova Regularidade com o FGTS expedido pela Caixa Econômica Federal.

i) Certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos trabalhistas.

j) a cópia do estatuto e da ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;

k) a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados relacionados no projeto de venda;

l) a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;

m) o selo SIM, IMA ou SIF ou ainda Termo de Compromisso do IMA (para produtos de origem animal);

n) Declaração de que atende os requisitos de habilitação, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei Federal 14.133/21;

o) Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei Federal 14.133/2021;

p) Declaração que a proposta econômica compreende a integralidade, dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da proposta, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei 14.133/21;

q) Declaração que tem conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, nos termos do art. 67, inciso VI, da Lei 14.133/2021;

r) Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho, nos termos do art. 68, inciso VI, da Lei 14.133/21;

s) Declaração de impedimentos, nos termos do art. 14, da Lei 14.133/2021.

2.1.4 – Os integrantes de grupos informais de agricultores familiares e de empreendedores familiares rurais (fornecedores individuais não formais) fornecedores de produtos de origem vegetal industrializados, deverão, sob pena de inabilitação, apresentar:

a) Laudo de inspeção sanitária concedido pela vigilância sanitária Municipal (do Município onde o produto é produzido);



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

b) Declaração de que os produtos por eles produzidos possuem rotulagem/etiqueta de identificação do alimento (produto, ingredientes, fornecedor, endereço, telefone, fabricação, validade embalagem, validade após aberto, peso, instruções de preparo, lote, etc.);

c) Declaração de que os produtos por eles produzidos possuem rotulagem de advertência a exemplo da Lei nº 8.543/1992.

2.1.5 - Os fornecedores de produtos processados, deverão, sob pena de inabilitação, apresentar:

a) Laudo de inspeção sanitária concedido pela vigilância sanitária Municipal (do Município onde o produto é produzido);

2.1.7 – O selo SIM só será aceito dos fornecedores do Município de Córrego Fundo-MG.

2.1.8 - Os documentos deverão ser apresentados em cópias xerográficas autenticadas em cartório ou acompanhadas dos originais para autenticação pela Comissão de Contratação.

2.1.9 - Os estabelecimentos avícolas comerciais que possuem capacidade de alojamento de até 1000 (mil) aves deverão ser cadastrados no Escritório Seccional ao qual pertence a granja, nos termos da Portaria IMA nº 1984 de 05 de junho de 2020.

3 – DO PROJETO DE VENDA (envelope nº. 02)

3.1- Os Fornecedores Individuais, detentores de DAP/CAF Física, não organizados em grupo, deverão apresentar:

a) o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante, CPF e número da DAP/CAF Física, conforme modelo sugerido na Resolução CD/FNDE nº 06, de 05 de maio de 2020.

3.2 - Os Grupos Informais de agricultores familiares, detentores de DAP/CAF Física, organizados em grupo, deverão apresentar:

a) o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes, CPF e número da DAP/CAF Física, conforme modelo sugerido na Resolução CD/FNDE nº 06, de 05 de maio de 2020;

3.3 - Os Grupos Formais, detentores de DAP/CAF Jurídica, deverão apresentar:

a) o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com nome do agricultor participante, CPF e número da DAP/CAF Física, devidamente assinado pelo representante legal, conforme modelo sugerido na Resolução CD/FNDE nº 06, de 05 de maio de 2020.

4– DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1 - Os envelopes contendo a documentação e o Projeto de venda deverão ser entregues no endereço mencionado no preâmbulo deste edital e deverão estar numerados e rubricados pelos representantes dos participantes, o que poderá ser feito durante a sessão de abertura dos envelopes, na presença dos demais, caso não tenha sido feito previamente, em envelopes separados, contendo os seguintes dizeres:



ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO

À Comissão Permanente de Licitação

Chamada Pública 001/2024

Participante: Razão Social/Nome

ENVELOPE 02 – PROJETO DE VENDA

À Comissão Permanente de Licitação

Chamada Pública 001/2024

Participante: Razão Social/Nome

5 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS E DA APRESENTAÇÃO DOS CREDENCIADOS

5.1 Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de projetos do País.

5.2 Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

- a) grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.
- b) o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o da Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País.
- c) o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país.
- d) o grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País.

5.3 Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

- a) os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;
- b) os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;
- c) os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais, e estes, sobre Centrais de Cooperativas (detentoras de DAP/CAF Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP/CAF);

5.4 Caso o Município não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados neste edital e na legislação pertinente.

5.5 No caso de empate entre grupos formais, terão prioridade organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP/CAF Jurídica.

5.6 Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

5.7 A relação dos proponentes dos projetos de venda será apresentada em sessão pública e registrada na ata da sessão que será realizada no dia 20/01/2024 às 12:30hs imediatamente após o término do prazo de apresentação dos projetos. O resultado da seleção será publicado no Diário Oficial Eletrônico CICANASTRA.

5.7 No prazo de 03 (três) dias úteis a contar da homologação da Dispensa de Licitação decorrente desta Chamada Pública o(s) selecionado(s) será (ão) convocado (s) para assinatura do (s) contrato (s).



5.8 O(s) projeto(s) de venda a ser(em) contratado(s) será(ão) selecionado(s) conforme critérios estabelecidos pelo art. 35 da Resolução.

5.9 Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura dos envelopes poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização de até 05 (cinco) dias, conforme análise da Comissão Julgadora.

5.10 O limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP/CAF por ano, conforme disciplinado no art. 39 da Resolução CD/FNDE nº 06 de 08 de maio de 2020.

6 - DA ENTREGA DOS PRODUTOS

6.1 – O cronograma de entrega dos produtos será feito pela Secretaria de Educação. A entrega será feita de acordo com a época (meses) em que o produtor puder entregar seu produto.

6.2 – As entregas de verduras serão feitas uma vez na semana em cada escola naquele período (mês) de entrega que ficar estabelecido.

6.3 – Endereço das Escolas:

6.3.1 – Escola Municipal Tereza Maria de Faria Vaz: Rua Professora Maria José, nº 101, Bairro Mizael Bernardes (próximo à Prefeitura).

6.3.2 – Escola Municipal Rafael José Alves: Praça Américo Pinto da Silveira, nº 40, Bairro Imaculado Coração de Maria.

6.3.3 – Centro Municipal de Educação Infantil Sol Nascente: Rua Amador Caetano Leal, nº 240, Bairro Floresta.

7 - DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE FORNECIMENTO

7.1 As mercadorias serão devolvidas no ato da entrega se não corresponderem à qualidade exigida no Edital e aferida na fase de amostra.

7.2 As verduras e legumes deverão ser de boa qualidade, com tamanho médio padronizado correspondendo à qualidade exigida no Edital e aferida no recebimento.

7.3 As hortaliças deverão estar frescas, inteiras e sãs, no ponto de maturação adequado para consumo correspondendo à qualidade exigida no Edital e aferida no recebimento.

7.4 A entrega será feita, parceladamente, à medida da necessidade do município na forma da cláusula sexta. Para os pedidos o Município enviará com antecedência “Nota de Autorização de Fornecimento” indicando os quantitativos.

8 – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1 – No prazo estabelecido na cláusula 5.7 será convocado o licitante vencedor para assinatura do Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar; **o qual terá o prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, sob pena de perda do direito à contratação do objeto homologado.

9 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 O edital da presente Chamada Pública poderá ser obtido no site oficial da Prefeitura de Córrego Fundo (www.corregofundo.mg.gov.br), no quadro de avisos localizado no hall de entrada da Prefeitura (para consulta), por e-mail (pregoescorregofundo@gmail.com) ou pessoalmente no setor de licitação do Município de Córrego Fundo, localizado à Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493, Bairro Mizael Bernardes, Córrego Fundo-MG.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

9.2 Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.

9.3 O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por CAF/Ano/Entidade Executora, e obedecerá às seguintes regras:

a) Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por CAF/Ano/Município.

b) Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP/CAF jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula: Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares inscritos na DAP/CAF jurídica x R\$ 40.000,00.

9.4 A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar que estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da chamada pública e da proposta a que se vinculam, bem como do Capítulo III - Dos Contratos, da Lei 14.133/2021.

9.5 – As despesas decorrentes da presente chamada pública correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria Municipal de Educação				
Classificação	Ficha	Fonte	Código da despesa	Destinação Recursos
12.306.1201.2504	175	1.500.000	3.3.90.30.00	Recursos não vinculados de impostos
		1.550.00	3.3.90.30.00	Transferência do Salário-Educação
		1.552.00	3.3.90.30.00	Transf. Recur. do FNDE Ref. Prog.Nac.Alim.Esc.
12.306.1201.2528	176	1.500.000	3.3.90.30.00	Recursos não vinculados de impostos
		1.550.00	3.3.90.30.00	Transferência do Salário-Educação
		1.552.00	3.3.90.30.00	Transf. Recur. do FNDE Ref. Prog.Nac.Alim.Esc.
12.306.1201.2529	177	1.500.000	3.3.90.30.00	Recursos não vinculados de impostos
		1.550.00	3.3.90.30.00	Transferência do Salário-Educação
		1.552.00	3.3.90.30.00	Transf. Recur. do FNDE Ref. Prog.Nac.Alim.Esc.

São partes deste Edital:



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

9.5.1 – Anexo I: Especificação dos produtos

9.5.2 – Anexo II: Minuta do contrato.

Córrego Fundo, 14 de fevereiro de 2024.

Luís Henrique Rodrigues
Agente de Contratação

Registre-se e publique-se.



ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MÉDIO	ME/EPP
1	Ovos brancos , peso unitário 50 gramas, dispostos em caixa de papelão. Produto não deverá apresentar-se com sujidades, trincados ou quebrados, a data de validade deve estar descrita na embalagem.	Dúzia	2000	R\$9,50	R\$19.000,00	Participação Exclusiva
2	Ovos caipiras , peso unitário 50 gramas, dispostos em caixa de papelão. Produto não deverá apresentar-se com sujidades, trincados ou quebrados, a data de validade deve estar descrita na embalagem.	Dúzia	1000	R\$15,83	R\$15.830,00	Participação Exclusiva
3	Arroz - Beneficiado, de procedência nacional, ser de safra corrente. Deve apresentar-se isento de mofo, odores estranhos, sujidades, trincados ou quebrados e substâncias nocivas, embalado em pacotes de KG, de plástico atóxico, com prazo de validade mínima de seis meses a contar da data de entrega. Com Selo de Inspeção Sanitária e Selo da Agricultura Familiar.	Kg	50	R\$36,50	R\$1.825,00	Participação Exclusiva
4	Abobora madura de primeira, casca lisa, sem danos ou sinais de apodrecimento. Coloração característica do produto.	Kg	1000	R\$5,99	R\$5.990,00	Participação Exclusiva
5	Abobrinha menina de primeira, tamanho médio uniforme, cor uniforme e com brilho característico, intactas e firmes, bem desenvolvidas, sem fermentos, livre de terras e outros componentes estranhos.	Kg	1000	R\$6,82	R\$6.820,00	Participação Exclusiva
6	Alface lisa ou crespa higienizada, tamanho e coloração uniforme devendo ser bem desenvolvidas, firme e intacta, isenta de material terroso, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos oriundos do manuseio de transporte.	unid /pé	500	R\$3,66	R\$1.830,00	Participação Exclusiva
7	Batata doce firme e intacta, sem lesão de origem física, rachaduras, cortes, tamanho e conformação uniforme, devendo ser graúda.	Kg	200	R\$6,03	R\$1.206,00	Participação Exclusiva
8	Batata Graúda firme e intacta, sem lesão de origem física, rachadura, cortes, tamanho e conformação uniforme devendo ser graúda	Kg	500	R\$8,67	R\$4.335,00	Participação Exclusiva



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

9	Beterraba firme, cor vermelho intenso, tamanho uniforme, sem lesões de origem física do manuseio e transporte.	kg	1000	R\$5,83	R\$5.830,00	Participação Exclusiva
10	Brócolis comuns , em unidades de tamanho médio, íntegros, não amarelados ou murchos, em perfeita condição de apresentação.	unid	400	R\$8,00	R\$3.200,00	Participação Exclusiva
11	Cará tipo extra firme intacto, sem lesões de origem físicas, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvidas, isento de sujidades, parasitas e larvas.	kg	200	R\$7,67	R\$1.534,00	Participação Exclusiva
12	Cebola de cabeça graúda branca, compacta e firme, sem lesões de origem física, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvidas, isenta de sujidades, parasitas e larvas.	kg	500	R\$7,59	R\$3.795,00	Participação Exclusiva
13	Cebolinha molho aproximadamente 50 grs folhas lisas, frescas, firmes e viçosas de coloração verde.	unid(molho)	100	R\$3,16	R\$316,00	Participação Exclusiva
14	Cenoura sem rama, fresca, compacta e firme sem lesões de origem físicas, rachaduras e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvidas.	kg	500	R\$8,36	R\$4.180,00	Participação Exclusiva
15	Chuchu extra firme e intacto, sem lesões de origem física, rachaduras, cortes-tamanho e conformação uniforme.	kg	800	R\$7,16	R\$5.728,00	Participação Exclusiva
16	Couve primeira aproximadamente 250 grs o maço folhas verdes sem presença de folhas amarelas sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte isentos de sujidades parasitas e larvas.	unid(maço)	500	R\$3,67	R\$1.835,00	Participação Exclusiva
17	Couve-flor cabeça tamanho médio sem presença de folhas, larvas e sujidades e lesões de origem física.	unid	400	R\$8,16	R\$3.264,00	Participação Exclusiva
18	Inhame cabeça sem ferimentos ou defeitos, mantendo as características organolépticas.	kg	1000	R\$8,36	R\$8.360,00	Participação Exclusiva
19	Mandioca produto com casca deve ser entregue isento de lesões de origem física oriundos do manuseio, e sem excesso de sujidades e terra.	kg	500	R\$7,59	R\$3.795,00	Participação Exclusiva
20	Pepino caipira tamanho uniforme, características organolépticas (cor, sabor, aspecto) adequadas ao produto.	kg	300	R\$10,00	R\$3.000,00	Participação Exclusiva
21	Pimentão verde de 1ª qualidade, íntegro e firme, com grau de maturação adequada, tamanho médio, isenta de substâncias terrosas, sujidades, corpos estranhos e umidade. Transportadas de forma adequada	kg	200	R\$9,59	R\$1.918,00	Participação Exclusiva
22	Repolho verde , liso fresco, tamanho e coloração uniforme, firme e intacto, sem lesões de origem física,	kg	500	R\$6,73	R\$3.365,00	Participação Exclusiva

**MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO**

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

	perfurações e cortes.					
23	Salsa molho aproximadamente 50 grs folhas lisas, frescas, firmes e viçosas de coloração verde.	unid (molho)	100	R\$3,16	R\$316,00	Participação Exclusiva
24	Tomate tipo longa vida , graúdo, com polpa firme e intacta, isento de injurias, material terroso, livres de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física, rachaduras e cortes.	Kg	2000	R\$10,33	R\$20.660,00	Participação Exclusiva
25	Rapadura 100% natural, pacote de aproximadamente 60 unidades com no mínimo 20 grs cada Rapadura de ótima qualidade, produzido de forma artesanal, livre de insetos, sujidades ou corpos estranhos, embalados individualmente em sacos plásticos transparentes, em tabletes de 20g. Apresentando garantia de higiene, validade e consistência adequadas. A embalagem deve ser plástico transparente, lacrada e com indicação do fabricante, peso, data de validade e ingredientes descritos. Apresentando garantia de higiene e consistência adequada.	Pacote	50	R\$15,26	R\$763,00	Participação Exclusiva
26	Farinha de milho tipo 1 amarela embalada em saco plástico transparente com rotulagem específica constando data de fabricação e validade	kg	80	R\$9,10	R\$728,00	Participação Exclusiva
27	Fubá de canjica da roça embalado em saco plástico transparente com rotulagem específica constando data de fabricação e validade	kg	800	R\$9,16	R\$7.328,00	Participação Exclusiva
28	Fubá comum embalado em saco plástico transparente com rotulagem específica constando data de fabricação e validade.	kg	100	R\$7,33	R\$733,00	Participação Exclusiva
29	Polvilho Azedo , embalado em saco plástico transparente com rotulagem específica constando data de fabricação e validade.	Kg	3000	R\$11,50	R\$34.500,00	Participação Exclusiva
30	Abacaxi , fresco, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, tamanhos e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta.	Und	500	R\$9,86	R\$4.930,00	Participação Exclusiva
31	Banana prata madura, em pencas, tamanho e coloração uniforme, com polpa firme e intacta, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte.	kg	5000	R\$10,83	R\$54.150,00	Participação Exclusiva
32	Laranja pêra , fresca, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, tamanhos e coloração	kg	5000	R\$7,00	R\$35.000,00	Participação Exclusiva



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

	uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta.					
33	Limão Tahiti em tamanho e coloração uniforme com polpa firme e intacta, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte.	kg	1000	R\$7,49	R\$7.490,00	Participação Exclusiva
34	Maçã, fresca , livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, tamanhos e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte.	kg	1000	R\$12,43	R\$12.430,00	Participação Exclusiva
35	Mamão formosa de 1ª qualidade semi maduro, consistência firme.	Kg	500	R\$9,42	R\$4.710,00	Participação Exclusiva
36	Maracujá azedo em tamanho e coloração uniforme com polpa firme e intacta, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte.	kg	800	R\$19,99	R\$15.992,00	Participação Exclusiva
37	Melancia redonda graúdade 1ª qualidade; peso médio 10Kg	Kg	1000	R\$5,09	R\$5.090,00	Participação Exclusiva
38	Morango em tamanho e coloração uniforme com polpa firme e intacta, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte.	Bandeja	500	R\$9,66	R\$4.830,00	Participação Exclusiva
39	Uva Verde ou Rubi , em tamanho e coloração uniforme com polpa firme e intacta, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte.	Bandeja	500	R\$16,33	R\$8.165,00	Participação Exclusiva
40	Café moído e torrado tipo tradicional, em embalagens de 500g, isento de grãos pretos, verdes ou fermentados. Pó homogêneo; aroma e sabor característicos de regular a intenso; bebida mole à rio, contendo impurezas máximas de 1%; outros e umidade até 5%; condições de acordo com a Resolução RDC n.º 277 de 22/9/05 e Resolução SAA-28 de 1/06/07. A embalagem deve ser plástico transparente, lacrada e com indicação do fabricante, peso, data de validade e ingredientes descritos. Apresentando garantia de higiene e consistência adequada.	Pacote	1000	R\$17,13	R\$17.130,00	Participação Exclusiva
41	Feijão limpo tipo 1 carioquinha embalado em saco plástico transparente com rotulagem específica do fornecedor, constada data de vencimento do produto.	kg	2500	R\$13,66	R\$34.150,00	Participação Exclusiva
42	Milho verde espiga (in natura), fresco, de tamanho médio a grande com coloração dos grãos amarelos forte, integro, com grãos inteiros, sem podridão e sem fungos e larvas, cheiro característicos do produto, bem desenvolvido, com grau de maturidade	unid	2000	R\$3,00	R\$6.000,00	Participação Exclusiva



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

adequado. Fornecidos em embalagem limpas, secas.					
Valor Total – Teto Máximo					R\$382.051,00



ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

O **MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Joaquim Gonçalves da Fonseca, nº 493, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.614.862/0001-77, representado por seu Prefeito, o Sr. **DANILO OLIVEIRA CAMPOS**; doravante denominado **CONTRATANTE**, e por outro lado _____, com sede à _____, doravante denominado **CONTRATADO**, fundamentados nas disposições da Lei nº. 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº ____/20____, Processo Administrativo nº ____/____, Dispensa de Licitação nº ____/____, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE.

CLÁUSULA SEGUNDA

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP/CAF por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda e Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

CLÁUSULA QUINTA

O início da entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da NAF (Nota de Autorização de Fornecimento), expedida pelo Departamento de Compras, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou no prazo de 12 (doze) meses.

- a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública nº ____/20____.
- b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA

**MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO**

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ _____ (_____), conforme listagem anexa a seguir.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente.

CLÁUSULA SÉTIMA

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria Municipal de Educação				
Classificação	Ficha	Fonte	Código da despesa	Destinação Recursos
12.306.1201.2504	175	1.500.000	3.3.90.30.00	<i>Recursos não vinculados de impostos</i>
		1.550.00	3.3.90.30.00	<i>Transferência do Salário-Educação</i>
		1.552.00	3.3.90.30.00	<i>Transf. Recur. do FNDE Ref. Prog.Nac.Alim.Esc.</i>
12.306.1201.2528	176	1.500.000	3.3.90.30.00	<i>Recursos não vinculados de impostos</i>
		1.550.00	3.3.90.30.00	<i>Transferência do Salário-Educação</i>
		1.552.00	3.3.90.30.00	<i>Transf. Recur. do FNDE Ref. Prog.Nac.Alim.Esc.</i>
12.306.1201.2529	177	1.500.000	3.3.90.30.00	<i>Recursos não vinculados de impostos</i>
		1.550.00	3.3.90.30.00	<i>Transferência do Salário-Educação</i>
		1.552.00	3.3.90.30.00	<i>Transf. Recur. do FNDE Ref. Prog.Nac.Alim.Esc.</i>

CLÁUSULA NONA



O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea “b”, e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a) Modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) Rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) Fiscalizar a execução do contrato;
- d) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O CONTRATANTE se compromete em guardar, pelo prazo estabelecido no §7º do artigo 57 da Resolução do FNDE que dispõe sobre o PNAE, as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação da Entidade Executora, através da servidora Ausleny Fane de Souza, Supervisora Departamento de Manutenção de Merenda Escolar do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública nº 01/2024, pela Resolução/CD/FNDE nº 6, de 08 de maio de 2020, pela Lei nº 14.133/21 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, preferencialmente por meio de correio eletrônico e também poderá ser enviada por carta ou protocolo pessoal nos casos em que não for possível a correspondência por meio eletrônico.



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO

CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144

Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes

CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

É competente o Foro da Comarca de Formiga para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Córrego Fundo, ___ de _____ de 20__.

MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO-MG
Danilo Oliveira Campos
Prefeito
CONTRATANTE

Nome
CONTRATADA(O)

TESTEMUNHAS:

1 - _____
CPF:

2 - _____
CPF:



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

ANEXO III

DECLARAÇÃO ART. 63, I da Lei 14.133/21

Procedimento Licitatório nº: 0.../20...
Modalidade: nº: 0.../20...

A empresa, pessoa jurídica inscrita no CNPJ com sede administrativa na, nº, complemento, Bairro, cidade de/....., **DECLARA**, para fins de habilitação em licitação, que atende aos requisitos de habilitação nos termos do Art. 63, I da Lei 14.133/2022 e o declarante responderá, na forma legal, pela veracidade das informações prestadas.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data

Assinatura do representante legal
Carimbo de CNPJ



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

ANEXO IV

DECLARAÇÃO ART. 63, IV da Lei 14.133/21

Procedimento Licitatório nº: 0.../20...
Modalidade: nº: 0.../20...

A empresa, pessoa jurídica inscrita no CNPJ com sede administrativa na, nº, complemento, Bairro, cidade de/....., **DECLARA**, para fins de habilitação em licitação, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas e o declarante responderá, na forma legal, pela veracidade das informações prestadas.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data

Assinatura do representante legal
Carimbo de CNPJ



ANEXO V

DECLARAÇÃO ART. 63, § 1º da Lei 14.133/21

Procedimento Licitatório nº: 0.../20...

Modalidade: nº: 0..../20...

A empresa, pessoa jurídica inscrita no CNPJ com sede administrativa na, nº, complemento, Bairro, cidade de/....., **DECLARA**, para fins de habilitação em licitação, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da proposta e o declarante responderá, na forma legal, pela veracidade das informações prestadas.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data

Assinatura do representante legal
Carimbo de CNPJ



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

ANEXO VI

DECLARAÇÃO ART. 67, VI da Lei 14.133/21

Procedimento Licitatório nº: 0.../20...

Modalidade: nº: 0.../20...

A empresa, pessoa jurídica inscrita no CNPJ com sede administrativa na, nº, complemento, Bairro, cidade de/....., **DECLARA**, para fins de habilitação em licitação, que tem conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação e o declarante responderá, na forma legal, pela veracidade das informações prestadas.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data

Assinatura do representante legal
Carimbo de CNPJ



ANEXO VII

DECLARAÇÃO ART. 67, VI da Lei 14.133/21

Procedimento Licitatório nº: 0.../20...

Modalidade: nº: 0.../20...

A empresa, pessoa jurídica inscrita no CNPJ com sede administrativa na, nº, complemento, Bairro, cidade de/....., **DECLARA**, que, ao participar do certame ou celebrar contrato com a Administração Pública, tem o conhecimento das infrações e sanções administrativas prevista no Art. 155 da Lei 14.133/21 tendo ciência de que será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas na Lei em especial:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - **deixar de entregar a documentação exigida para o certame;**

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data

**Assinatura do representante legal
Carimbo de CNPJ**



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO

ART. 68, VI da Lei 14.133/21

Procedimento Licitatório nº: 0.../20...

Modalidade: nº: 0..../20...

A empresa, pessoa jurídica inscrita no CNPJ com sede administrativa na, nº, complemento, Bairro, cidade de/....., **DECLARA**, que, para fins do disposto no Art. 65, VI da Lei 14.133/21 o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal no que se refere à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz?

() Sim () Não

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data

Assinatura do representante legal
Carimbo de CNPJ



MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO
CNPJ: 01.614.862/0001-77 | Telefax: (37) 3322-9144
Rua: Joaquim Gonçalves da Fonseca, 493 – Mizael Bernardes
CEP: 35.568-000 | Córrego Fundo – Minas Gerais

ANEXO IX

DECLARAÇÃO ART. 14 da Lei 14.133/21

Procedimento Licitatório nº: 0.../20...
Modalidade: nº: 0.../20...

A empresa, pessoa jurídica inscrita no CNPJ com sede administrativa na, nº, complemento, Bairro, cidade de/....., **DECLARA**, que não possui qualquer dos impedimentos previsto no Art. 14 da Lei 14.133/21, direta e/ou indiretamente que possa impedir a participação na execução do contrato e o declarante responderá, na forma legal, pela veracidade das informações prestadas.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local e data

Assinatura do representante legal
Carimbo de CNPJ